

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

PEDAGOGICAL PRACTICES IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND INTELLECTUAL DISABILITY: A SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE

Andrey Almeida Portilho
Luís Gomes de Oliveira Neto
Maria Goretti Sousa Lameira

Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Campus XIII/Tucuruí, Pará, Brasil.

Resumo

O presente artigo traz um estudo sistemático da literatura na temática das práticas pedagógicas da educação física e inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI), e teve como objetivo analisar metodologias de ensino inclusivo para pessoas com DI. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica de publicações de artigos, em bases de dados pré-estabelecidas, utilizando as palavras-chave “Deficiência Intelectual”, “Práticas Pedagógicas”, “Metodologia” e “Educação Física”. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, obtivemos cinco artigos, nos quais destacamos as temáticas da dança e expressão corporal e a tutoria com jogos pré-desportivos como possibilidades de práticas pedagógicas para a inclusão, desenvolvimento e ensino-aprendizagem. Conclui-se com a pesquisa que poucos estudos estão sendo publicados nessa temática, entretanto, os estudos encontrados trazem propostas pedagógicas significativas nas aulas de educação física, que foram e são de suma importância no contexto da inclusão.

Palavras-chave: Atividade Motora Adaptada. Deficiência Intelectual. Práticas Pedagógicas. Metodologias. Educação Física.

Abstract

This article presents a systematic study of literature on the theme of pedagogical practices of physical education and inclusion of students with intellectual disabilities, and aimed to analyze inclusive teaching methodologies for people with DI. To this end, a research was carried out on the literature review of publications of articles, in pre-established databases using the keywords “Intellectual Disability”, “Pedagogical Practices”, “Methodology” and “Physical Education”. After applying the inclusion and exclusion criteria of the research, we obtained 5 articles in which we highlight the themes of dance and body expression and tutoring with pre-sports games as possibilities of pedagogical practices for inclusion, development and teaching-learning. It is concluded with the research that few studies are being published in this theme, however, the studies found bring significant pedagogical proposals in physical education classes, which were and are of paramount importance in the context of inclusion.

Keywords: Adapted Motor Activity. Intellectual Disability. Pedagogical Practices. Methodologies. Physical Education.

1 Introdução

A Lei Brasileira da Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei nº 13.146\2015) tem a finalidade de assegurar e promover a igualdade entre os indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência para obterem sua liberdade de condições e direitos, buscando sua inclusão perante a sociedade.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), no Brasil encontram-se cerca de 45,6 milhões de brasileiros, cerca de 23% da população total, que têm algum tipo de deficiência (visual, física, auditiva ou intelectual); destes, 25,8 milhões, equivalente a 26,5%, são mulheres, e 19,8 milhões, 21,1%, são homens. Ademais, há 38,4 milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas e 7,1 milhões em áreas rurais.

Desse público, aproximadamente um quarto corresponde à população total do país, e 6,7% possui algum tipo de deficiência severa, que indica algum grau de dependência, dentro dos tipos de deficiência citados acima. Em relação especificamente à deficiência intelectual, temos: 0,5% da população que apresenta a DI desde seu nascimento, com prevalência de 0,8 % de deficiência intelectual, e 0,3% devido alguma doença ou acidente. As pessoas com 60 anos ou mais idade apresentaram as maiores proporções de deficiência intelectual adquirida por doença ou acidente (0,8%), e 30,4% frequentam algum serviço de reabilitação em saúde (BRASIL, 2020).

A proposta inclusiva no Brasil orienta-se a partir de dois importantes documentos, que se referem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), dos quais o texto recebe um detalhamento mais amplo e melhor nas Diretrizes Educacionais elaboradas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) no ano de 1998. Também é importante lembrar que os documentos oficiais, como a Declaração de Salamanca, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e Adolescente, asseguram a educação da pessoa com necessidade educacional especial.

Segundo a Lei nº 13.146, art. 2º, considera-se a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Tendo em vista a deficiência intelectual, sua definição se atribui a limitações significativas tanto do funcionamento intelectual, que corresponde ao raciocínio, aprendizagem, resolução de problemas, quanto em relação ao comportamento adaptativo, que tem característica de abranger uma gama de habilidades sociais,

conceituais e práticas. Vale ressaltar que o aparecimento dessa deficiência manifesta-se antes dos 18 anos (AAIDD, 2010).

A pessoa com DI se mostra em um estado de particularidade do funcionamento cognitivo, em que o contexto é que determina as limitações do indivíduo. Entretanto, esse funcionamento pode ser melhorado por meio de apoios que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com necessidades educativas especiais e, conseqüentemente, promover uma vida independente e inclusão. Essas limitações em relação às práticas de ensino são enfatizadas sempre, pois não possibilitam condições de desenvolvimento de acordo com as características individuais, rompendo com o modelo de normalização.

A concepção de uma Educação Física, em 1938, voltada à aptidão física foi um dos componentes que privou a pessoa com deficiência de ter acesso à escolarização. Essa concepção biológica proporcionou uma metodologia rígida e autoritária da Educação Física, pois não favoreceu vivências inclusivas nas suas aulas durante as décadas de 1930 e 1940 (CANTARINO FILHO, 1982).

No decorrer da história, associar a prática do profissional de Educação Física passou a ser comum na atuação de pessoas com algum tipo de necessidade educacional especial, mostrando uma visão de ação corretiva, higienista e reabilitadora. Segundo Pedrinelli e Verenguer (2005), possivelmente, esse cenário pode ter sido fruto dos programas desenvolvidos no Brasil, a partir da década de 1980. Estes programas mostraram identidades fundamentalmente pedagógicas e passaram a se estabelecer enquanto intervenção pedagógica individual ou coletiva, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento motor do aluno que apresentasse necessidade educativa especial nas escolas, com turmas especiais ou inclusivas.

Segundo Alves e Duarte (2014), no decorrer dos anos, a sociedade vem passando por modificações significativas com relação ao tema inclusão. Desde o final do século XX, com a carência de escolas que suprissem a necessidade de todos, vem sendo discutida a questão de integrar e buscar práticas pedagógicas que realmente respondam e deem o direito de uma educação de qualidade a todos (VILLELA *et al.*, 2013).

As políticas de educação inclusiva, visando um efetivo processo de inclusão, indicam alguns pontos que precisam ser repensados nas unidades de ensino, visto que a criança necessita de um espaço onde possa construir conhecimento e não viver situações que a levem ao sentimento de fracasso. Diante disso, os alunos que possuem algum tipo de necessidade educativa especial estarão inclusos, de maneira mais significativa, no contexto escolar. Para ter uma educação de qualidade a todos, é de suma importância ações, como doações, respaldadas no princípio da não segregação. Dessa forma, haverá a inclusão de todos, independentemente de suas possibilidades sociais, individuais e limitações (RODRIGUES, 2013).

A inclusão é uma revolução que provoca esforços de modernidade e reestruturação na melhoria das condições vigentes da maioria das escolas, principalmente as de nível básico, visto que as dificuldades de alguns alunos não são unicamente deles, mas grande parte se dá no modo como é ministrado o ensino e de como o aprendizado é planejado e examinado (MANTOAN, 2003). Então, o pensar na prática, tanto por parte da escola com sua organização quanto para a elaboração das atividades no ensino, é o caminho para a inclusão. Assim, no decorrer da história, esses indivíduos, através da educação e das leis vigentes, se mostram de suma importância e vêm conquistando avanços quando se fala em inclusão no seu processo de ensino-aprendizagem, porém, ainda necessitam de mais melhorias.

Em nossas vivências na escola, voltamos o olhar para a participação desses alunos nas aulas de Educação Física, bem como a importância desta na vida desses indivíduos. Na impossibilidade de uma pesquisa de campo por conta da situação pandêmica mundial, recorreremos ao estudo bibliográfico de revisão de literatura, que trouxe como objetivo geral a análise de produções científicas que abordam as práticas pedagógicas de ensino na educação física, e a inclusão de aluno com deficiência intelectual nas etapas da pesquisa. Para o alcance do objetivo geral, temos: o levantamento das produções científicas que tratam das práticas pedagógicas na educação física escolar e inclusão do aluno com deficiência intelectual; compreensão e identificação das práticas pedagógicas de cada estudo e a análise destas.

Assim, a pesquisa tem como relevância subsidiar o conhecimento do profissional de Educação Física em suas aulas acerca das práticas inclusivas com as pessoas com deficiência intelectual, aprofundando os conhecimentos oriundos da literatura produzida sobre esta temática na Educação Física.

2 Metodologia

Segundo a definição de Lopes e Fraccolli (2008), a Revisão Sistemática da Literatura Qualitativa é uma integração interpretativa de resultados qualitativos que são, em si mesmos, a síntese interpretativa de dados e explicações de determinados fenômenos, eventos ou de casos. Em relação aos seus meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de publicações de pesquisas, dissertações e teses em bases de dados predeterminados (MARCONI; LAKATOS, 2005)

As bases de dados Scielo e Capes foram escolhidas para obtenção do universo. Os descritores utilizados para busca foram: “Deficiência Intelectual”, “Práticas Pedagógicas”, “Metodologia” e “Educação Física”. Inicialmente, todos os artigos que se encontravam com os termos no seu título, palavra-chave ou resumo foram designados. Priorizaram-se pesquisas em estudos publicados no período de 2015 a 2020.

Numa primeira busca através dos descritores já informados, realizada nos periódicos da base Capes, foram encontrados 27 artigos, e na base de dados Scielo encontrou-se 18 artigos. Neles, aplicamos, enquanto critério de exclusão, pesquisas de revisão bibliográfica ou produções que não se encaixavam com o objetivo da pesquisa, e através desse processo foram selecionados trabalhos que tiveram relevância e que contribuiriam para obtenção dos resultados.

3 Resultados

3.1 Levantamento das produções científicas que abordam as práticas pedagógicas na educação física escolar e a inclusão do aluno com deficiência intelectual

Foi realizada uma triagem dos artigos mapeados. E para um primeiro levantamento, focamos em trabalhos de pesquisa de campo; 45 artigos foram encontrados, sendo que 10 se encaixavam na pesquisa. Porém, após uma leitura minuciosa, apenas 5 artigos contemplaram nosso objetivo de estudo.

Durante o processo da pesquisa em busca dos artigos, não tivemos tanta dificuldade em encontrar trabalhos com relação aos descritores citados, porém, quando passamos para fase de critérios de inclusão em relação ao tipo de pesquisa (campo), grande parte dos trabalhos encontrados, que eram de cunho bibliográfico, foram descartados do estudo.

Em sua maioria, os trabalhos encontrados foram em periódicos de Educação Física, onde se destacou a Revista Brasileira de Educação Especial, que é de publicação trimestral, mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. O ano com mais predominância de artigos encontrados e utilizados para o fichamento foi de 2019, com 3 artigos; no ano de 2020 não foi encontrado nenhum trabalho; e os anos de 2015, 2017 e 2018 não apresentaram publicações significativas.

Sobre as temáticas envolvendo as práticas inclusivas com os indivíduos com DI, encontramos produções direcionadas a crianças e jovens, tendo as temáticas relacionadas à dança e aos jogos pré-desportivos com maior predominância; com relação aos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento destes, encontramos temáticas na formação de professores e nas aulas de Educação Física inclusivas.

Os estudos selecionados mostram possibilidades para se trabalhar com o público com DI nas seguintes áreas temáticas: tutoria e o basquetebol adaptado; programa de futsal; plano individualizado (PEI); dança e expressão corporal; e de autoeficácia docente de futuros professores de educação física.

3.2 Identificação e Compreensão das práticas pedagógicas da educação física escolar e a inclusão de alunos com DI

No intuito de obtenção de informações para se compreender as práticas pedagógicas utilizadas como forma de inclusão de pessoas com deficiência intelectual, evidenciamos um dos estudos elaborados cujo tema abordado é sobre a educação física inclusiva e impactos da tutoria no desempenho de jovens com DI num jogo pré-desportivo. Ele teve como objetivo comparar os efeitos de dois tipos de contexto no desempenho do jogo de sete jovens com DI, necessitando de apoio intermitente e limitado, com idade entre 14 a 17 anos, de alunos de uma escola especial de São Paulo, durante um jogo de basquetebol adaptado.

O estudo teve como foco a contribuição dos tutores que passaram por uma preparação, com intuito da efetiva inclusão na participação dos alunos com DI nas aulas de educação física. Os jovens com DI foram acompanhados pelos tutores durante a prática para que, no decorrer do jogo, pudessem observar melhorias através de seu apoio. O emprego do método global em relação ao jogo, juntamente com a prática pré-desportiva do basquetebol adaptado, foi capaz de concretizar que a tutoria é uma ferramenta de suma importância para aqueles alunos que necessitam de uma atenção por conta de suas limitações; nesse sentido, a efetivação da inclusão e a aprendizagem desse público tornaram-se mais significativa (GIMENEZ; ONHA, 2016).

O estudo do ensino do futsal para pessoas com deficiência intelectual teve como objetivo verificar os efeitos de um programa de ensino de futsal para jovens e adultos com DI, centrado nas perspectivas táticas de ensino de jogos esportivos e coletivos no desempenho das ações de jogo. Participaram da pesquisa 11 alunos, com idade entre 18 e 40 anos, do Programa de Futsal Especial realizado no centro de práticas esportivas da USP. Para tanto, realizaram-se 30 intervenções com aulas de duração de 1h20min cada, duas vezes por semana.

Nela, buscou-se analisar, com as intervenções, o número de execução das ações de jogo. Assim, foram consideradas como ações positivas: progressão, drible, passe, finalização, opção de passe, marcação atrás da bola, marcação individual, marcação atrasada; e como ações negativas: finalização rifada, passe rifado, não atacar e não marcar.

O autor do estudo buscou mostrar que, para se oferecer práticas de jogos esportivos coletivos para o público com DI, é de total importância considerar algumas características, como aspectos físicos e motores, cognitivos e sociais, para que o envolvimento de tal público nessa atividade possa ter significância e gere um impacto positivo para o seu desenvolvimento em um processo de ensino-aprendizagem, e para que estes, posteriormente, possam adquirir essas atividades como forma de lazer ao longo de sua vida.

Após a aplicação das práticas, os dados mostraram que foi possível identificar que esse programa foi capaz de provocar mudanças no desempenho tático (ações de jogo) de grande parte dessa amostra de pessoas com DI, demonstrando que práticas como essa, pautadas em uma intervenção, pensando em todos os aspectos e características dos sujeitos a quem ela está sendo ofertada, são de muita importância para o desenvolvimento desses indivíduos, além de expor possibilidades para o contexto educacional diante desse público com relação a jogos esportivos coletivos (JOAQUIM; DANTAS, 2016)

O Plano Educacional Individualizado é uma estratégia de inclusão e aprendizagem para as aulas de Educação Física, cujo objetivo é elaborar e aplicar um Plano Educacional Individualizado (PEI) nas aulas de educação física em uma escola especial, com o propósito da inclusão de pessoas com DI. A pesquisa tem caráter colaborativo para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação realizada durante o estágio. Ela ocorreu na escola da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (Apae), única escola de educação especial do município de Irati-Paraná.

O público-alvo foi uma menina com deficiência física e mental, na qual trabalharam, em sua oratória e no movimento dos seus membros superiores, a dança. Esta foi selecionada como conteúdo que sustentou a organização do trabalho. Vale ressaltar que o PEI é um plano que se caracteriza pelo seu trabalho fundamentando-se na individualidade e personalização com relação a um determinado indivíduo, com metas e objetivos acadêmicos de acordo com as suas necessidades e singularidades, visando o favorecimento do processo de ensino e aprendizagem do aluno. Isso é obrigatório e previsto na legislação educacional quando houver necessidade de algum aluno receber essa ação, porém, nem sempre estão disponíveis.

Fontana, Cruz e Paula (2019) mostram possibilidades de intervenção fazendo uma sondagem dentro de uma turma com sete alunos, sendo identificado uma aluna que necessitaria do PEI por apresentar mais dificuldades nas aulas em relação aos demais. Desse modo, foram realizadas 10 intervenções, cada uma com duração de 50 minutos, uma vez por semana, entre o período de julho e outubro de 2017.

A dança, os jogos e as brincadeiras foram conteúdos escolhidos para estruturar as aulas de educação física, pois estas proporcionam um ensino que permitem contemplar as demandas da turma e atender as necessidades singulares da aluna. Quando ocorreram as intervenções, notaram-se melhoras significativas no desenvolvimento da aluna, especialmente na oratória, que foi mais extrovertida; houve melhoras também em seus movimentos de locomoção e coordenação. Portanto, foi considerado que o PEI se mostrou como uma ferramenta positiva e de grande utilidade para o ensino da Educação Física no contexto da Educação Especial (FONTANA; CRUZ; PAULA, 2019).

Outro estudo analisado trabalha a dança e a expressão corporal como mediadoras no processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência intelectual e transtornos de aprendizagem. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mães e a professora de dança de duas crianças do sexo masculino, com 11 anos de idade, sendo uma com deficiência intelectual e síndrome de Down, e a outra com transtorno de aprendizagem, no espaço Cia de Dança Humaniza, em Campinas, São Paulo. Elas participavam regularmente das atividades, antes e após seis meses de prática.

As atividades foram realizadas duas vezes por semana, com um grupo composto de crianças de faixa etária compreendida entre 9 e 13 anos de idade. Foi identificado que essa prática pedagógica possibilitou o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças e a exploração de potenciais não identificados em outros contextos de ensino. Assim, devemos repensar nas práticas pedagógicas em relação a esse público (LOPES *et al.*, 2019).

O estudo Autoeficácia Docente de Futuros Professores de Educação Física em Contextos de Inclusão no Ensino Básico foi realizado com o intuito de investigar como vem sendo tratada a questão da formação inicial desses futuros professores com relação a oportunidades e experiências para uma boa construção de suas competências e confiança sobre si mesmo, e promover, da melhor forma, a inclusão nas aulas, apontando como ele visualiza e avalia suas capacidades e habilidades para o envolvimento e aprendizagem dos alunos em cenários diversificados, trazendo-os desafios, visto que a inclusão deve ser um ponto chave no que se refere às aulas de Educação Física nos dias atuais.

Participaram da pesquisa 188 estudantes de licenciatura em Educação Física de duas universidades do interior de São Paulo a partir do segundo ano de curso, com idade entre 18 e 38 anos. Nele, verificou-se que o número de pessoas do sexo masculino era maior.

Tendo em vista as experiências e disciplinas voltadas para o ensino de pessoas com deficiência, mais da metade dos participantes ainda não tinha tido contato com o assunto, porém, com relação à DI, o resultado do estudo mostrou que os participantes se relacionaram com mais intensidade com relação a estados fisiológicos e afetivos comparados a outras deficiências. Assim, foi possível promover um ensino de maneira inclusiva tendo em vista a questão da autoeficácia docente, que no geral, se mostrou moderada.

Por fim, o estudo demonstra que, mesmo com um nível moderado de autoeficácia, a instituição deve proporcionar, ao longo do curso, várias formas de conhecimentos, tanto teóricos quanto práticos, para que os futuros docentes possam desempenhar de melhor forma a inclusão. Além disso, devem sentir-se bem preparados, deixando de lado os medos, inseguranças, frustrações, gerando cada vez mais interesse pela busca do

ensino inclusivo, bem como lidar com variados contextos em suas aulas regulares de Educação Física (FERNANDES; COSTA FILHO; IAOCHITE, 2019).

3.3 Análise das práticas pedagógicas na educação física escolar na proposta de inclusão do aluno com DI

Em relação às práticas pedagógicas para inclusão de pessoas com deficiência intelectual nas aulas de educação física, foi possível identificar maior número de propostas referentes à área do Esporte e Dança. Dentre eles, salienta-se que o futsal, cujas práticas focam em jogos coletivos para buscar a interação e o desenvolvimento das especificidades frente aos obstáculos encontrados em relação às dificuldades dos alunos, sendo elaborado um programa de atividades voltadas a esses indivíduos.

Para Ribeiro (2013), a prática de esportes é vista como um forte aliado, pois agrega diversos pontos positivos aos alunos, ensinando-os a ter respeito e disciplina; além disso, praticá-los frequentemente propicia o desenvolvimento em vários aspectos, como físicos, educacionais e psicológicos, fazendo-se uma importante ferramenta de inclusão social.

Juntamente ao jogo pré-desportivo do basquetebol adaptado, apresentou possibilidades para que os estudantes participassem das aulas, pois os jogos pré-desportivos são formas de ensino com adaptações em que seus praticantes trabalham as técnicas e fundamentos das modalidades tradicionais. Com isso, a participação propõe-se a garantir a participação de uma maior quantidade de aprendizes, independente da faixa etária, e também de pessoas com alguma deficiência, tendo uma flexibilidade e permanecendo no nível dos padrões de movimentos específicos, dos aspectos espaciais, das regras e tempo dos jogos (GIMENEZ; UGRINOWITSCH, 2002).

Também nas expressões corporais como a dança, que se mostrou como a temática mais trabalhada e de grande benefício aos mesmos, é possível desenvolver potenciais específicos além de outras atividades. A dança e a expressão corporal são modalidades que visam auxiliar aos seus praticantes o desenvolvimento de suas habilidades expressivas e artísticas, principalmente seus potenciais de movimento, possuindo seu foco primordial na capacidade. Desse modo, retirando as limitações dos indivíduos, proporciona um sucessivo processo de reavaliação dos valores, atitudes pessoas, sociais e crenças, em atributo às diferenças e semelhanças entre os humanos (ALESSI; ZOLBROD, 2011).

O PEI (Plano Educacional Individualizado) se mostrou de grande ajuda para desencadear o desenvolvimento motor e cognitivo daqueles alunos que necessitam de uma ajuda a mais nas aulas de educação física. A utilização do PEI é de grande importância nas aulas de Educação Física, sendo seu foco principal a inclusão de alunos que necessitam de apoio para a realização das atividades propostas nas aulas. O uso

deste proporciona uma ativa compreensão das necessidades específicas dos indivíduos encontrado naquele espaço; após essa visão, as metas serão estabelecidas bem como feitos ajustes no currículo, modificações metodológicas adaptadas para a melhor participação nas aulas de Educação Física (MUNSTER *et al.*, 2014).

E em relação à preparação de futuros professores para entender esse público, é notória a despreparação de muitos profissionais quando se fala em incluir pessoas com necessidades educacionais especiais em suas aulas, pois, muitas vezes, esses alunos acabam ficando de lado, sem que possam interagir com os demais; e vale ressaltar que a prática de atividade é um direito de todos. Logo, é dever do profissional elaborar aulas adaptadas para que possam desenvolver as capacidades desse alunado. Então, a autoeficácia é definida por Tschannen-Moran e Woolfolk Hoy (2001) pela avaliação que o professor tem de si mesmo com relação ao desenvolvimento de habilidades e à efetivação de suas capacidades para buscar a interação, engajamento e aprendizagem dos alunos frente a cenários desafiadores e diversificados.

Foi possível identificar que poucos estudos estão sendo produzidos na nossa temática, pois quando se trata de intervenções na prática de trabalhar aulas adaptadas do público com DI na educação física escolar, muitos estudos encontrados eram de cunho bibliográfico. Assim, diante do estudo, ficou nítido que os futuros profissionais da educação física devem se preparados, conhecedores a fundo a questão de práticas pedagógicas para pessoas com deficiência intelectual, sendo possível evidenciar capacidades de cada aluno, para proporcionar desenvolvimento e inclusão.

A inclusão, nos dias atuais, como uma atitude voluntária, nos proporciona discutir e buscar posicionamentos que se pautem em promovê-la de maneira livre, sem ter o caráter de se fazê-la por obrigação ou cumprimento das leis, tanto por parte da escola como da sociedade geral, visando inclusão para todos independente de suas particularidades, diferenças ou deficiência (PROVIN, 2011).

Sentimos falta de estudos nas temáticas de jogos e brincadeiras como formas pedagógicas e de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento e inclusão, pois sabemos que o campo de jogos e brincadeiras não pode ser deixado de lado quando se trata de desenvolver capacidades e habilidades tanto cognitivas como motoras. Segundo Oliveira (2005), estudos voltados ao brincar demonstram importantes alterações principalmente quando se trata de materiais voltados a brincadeiras e sua importância de adequar os lugares do brincar, visando objetivos didáticos sem que se perca a característica de ação livre de cada indivíduo, tendo em vista todas as possibilidades e desenvolvimento que podem vir a ser gerados, considerando as capacidades de cada sujeito.

Já no que diz respeito à formação, é sabedor que passamos por um período histórico em que as pessoas com deficiência e sem deficiência eram privadas do convívio umas com as outras. Essa privação trouxe consequências sociais refletidas nos

dias atuais, e uma delas é a insegurança no trato com este público. Nos últimos 10 anos, avanços significativos foram conquistados, mas a necessidade de conhecimento e efetivação desses direitos ainda é grande. Assim, a Educação Física tem se mostrado uma grande aliada na conquista de respeito, desenvolvimento, inclusão e autonomia da pessoa com deficiência.

4 Discussão

Uma prática educativa só será eficiente quando esta for orientada, tendo em vista os critérios éticos próprios relacionados a ela, com o propósito de atingir a todos com propostas de atividades que gerem reflexões, práticas pedagógicas que dê sentido e busque ações conscientes e participativas (CARR, 1996).

O professor deve propor atividades que sejam compatíveis com as dificuldades de cada aluno, estimulando o desenvolvimento dos educandos. Ou seja, as propostas pedagógicas devem tornar o conhecimento prazeroso e facilitador, em que o indivíduo possa enfrentar as dificuldades, ter a oportunidade de tomar decisões, visando motivá-lo a romper barreiras, assegurando que tenham suportes necessárias para níveis mais elevados de conhecimento e interesse em dar continuidade a essas atividades (FREIRE, 1994). Assim, é de suma importância que as práticas pedagógicas sejam pensadas e elaboradas tendo em vista estratégias significativas de inclusão, que proporcionem ao aluno oportunidades de um melhor aprendizado.

Na Educação Física, declarações de professores, com relação a um melhor ensino inclusivo através de práticas pedagógicas, vêm surgindo ao longo do tempo. Pode-se dizer que seja um reflexo da falta de contato com práticas e experiências no âmbito acadêmico devido a um frágil processo de formação inicial que, em muitas situações, não possibilita o desenvolvimento de especificidades e conhecimentos para uma melhor inclusão escolar (FALKENBACH, 2018).

Embora a falta de contato e experiências com a questão inclusiva terem gerado um sentimento de busca por atitudes positivas por parte dos professores, a falta de interesse destes e a não inclusão dos alunos com necessidade educativa especial também se tornam preocupante, que podem afetar aqueles que ainda estão em processo de formação. Assim, fica evidente que se o processo de ensino inicial for satisfatório na vida do acadêmico, na teoria e na prática, o interesse pelo ensino inclusivo nas aulas regulares de Educação Física na escola será muito mais visto e efetivado (MAUERBERG-DECASTRO *et al.*, 2013).

Teoricamente, um dos pontos chave que pode influenciar em um ensino inclusivo passa pela crença do professor em acreditar ser capaz de executar, da melhor maneira, boas práticas para esse ensino, pois situações e formas de ensino que ele buscará impor

estarão ligadas a suas atitudes e conhecimentos ao acreditar ser capaz de realizar, de forma que essa percepção e conhecimentos sobre o tema e as habilidades de ensino não sejam prejudicadas (LOREMAN; SHARMA; FORLIN, 2013).

Ou seja, para que se faça o desenvolvimento de boas práticas de ensino, é de suma importância que o professor esteja preparado e confiante para desenvolver um bom papel frente a qualquer cenário onde as práticas sejam pensadas e desenvolvidas, tendo em vista todas as particularidades que um indivíduo, com alguma dificuldade ou mais precisamente uma pessoa com DI, em frente com relação às aulas de Educação Física, e que estas gerem desenvolvimento.

5 Considerações finais

Concluimos, com o levantamento da pesquisa em relação a nossa temática, que as práticas pedagógicas na educação física escolar se mostraram escassas no momento que se passou para o trabalho de campo com as intervenções para inclusão do público com DI. Entretanto, apesar de não encontrarmos o esperado, o objetivo da pesquisa foi alcançado.

Em relação às produções, em muitas ocasiões o assunto assume um viés ideológico ou político, sem resultar em avanços relevantes para instrumentalizar a intervenção na área. Constata-se, ainda, a existência de poucos estudos que, de fato, estejam orientados à investigação de práticas pedagógicas na educação física escolar para inclusão da pessoa com DI.

Em contrapartida, os poucos estudos encontrados foram de grande significância para que profissionais da educação física possam fazer utilidade dessas metodologias como estratégias de ensino, para que haja a inclusão e acarrete benefícios na qualidade de vida desses indivíduos. Notamos também que estudos devem ser feitos nesse sentido, para que, de fato, esse público possa ser introduzido nas aulas de educação física, uma vez que é de suma importância, durante o processo de formação dos futuros profissionais da área, a profundidade no conhecimento em relação às deficiências que lhes subsidiem futuras práxis inclusivas.

Vale ressaltar a importância de se conhecer o aluno por completo e não em partes, mais ainda aqueles que possuem necessidades educativas especiais, uma vez que precisam de um olhar especial por encontrarem no âmbito escolar obstáculos que dificultam sua aprendizagem, além de instigar sua participação com os demais da turma, que são capazes de realizar as atividades, fazendo com que haja uma confiança em si mesmo, transformando uma realidade onde todos, por meio dessa prática, se desenvolvam de forma saudável.

Outro ponto fundamental no processo de se compreender essas metodologias analisadas foi a dança e os jogos, que apareceram como uma ferramenta positiva no processo de ensino-aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiência intelectual. Neles, os conteúdos são de grande benefício para se trabalhar como práticas pedagógicas na educação física, com inúmeras possibilidades para realização de uma aula inclusiva e produtiva com seus alunos.

A educação física escolar é de extrema importância na vida desses indivíduos, pois é através dela que os alunos com DI, junto com os demais colegas de turma, compartilham momentos de interação na socialização das atividades propostas na aula. É nesse momento que o professor faz a diferença em seu trabalho, mostrando o respeito, o companheirismo, e que aceitem as diferenças para que todos se sintam bem. É é nessa hora que verificamos a importância de conhecer e pensar nas práticas pedagógicas que serão utilizadas em suas aulas, sendo adaptadas para que todos os inseridos possam participar de forma efetiva.

Referências

- AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. *FAQs on intellectual disability*. 2010.
- ALVES, M; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física Escolar: um estudo de caso. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014.
- ALESSI, A.; ZOLBROD, S. *Manual para certificação de professores*. Florianópolis: Danceability, 2011.
- BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf> Acesso em: 9 mar. 2021.
- BRASIL. Lei Brasileira da Inclusão. *Lei nº 13.146\2015*, de 6 de junho de 2015. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [S. l.], 9 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência. *Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil*. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, 08 de maio de 2019, 15 Slides, color. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- CANTARINO FILHO, M. *A educação física no Estado Novo: história e doutrina brasileira*. 1982. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- CARR, W. *Una teoría para la educación: hacia una investigación educativa crítica*. Madrid: Morata, 1996.

FALKENBACH, A. P. *et al.* A questão da integração e da inclusão nas aulas de Educação Física. *Revista Digital*. v. 11, n. 106, 2017. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd106/a-questao-da-integracao-e-da-inclusao-nas-aulas-deeducacao-fisica.htm> Acesso em: 13 mar. 2021.

FARIA, P. M. F.; CAMARGO, D. As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 2, 217-228, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382418000200005>.

FERNANDES, M. M.; COSTA FILHO, R. A. da; IAOCHITE, R. T. Autoeficácia docente de futuros professores de educação física em contextos de inclusão no ensino básico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 219-232, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/albqmdgfrJdf3wDhWYqpM4Nmj/?lang=pt> Acesso em: 15 out. 2020.

FONTANA, E. C.; CRUZ, G. de C; PAULA, L. A. de. Plano educacional individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física. *Da investigação às práticas*, v. 9, n.2, p. 118-131, 2019. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/188> Acesso em: 30 out. 2020.

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1994.

GIMENEZ, R.; UGRINOWITSCH, H. Iniciação esportiva para crianças de segunda infância. *Consciente e Saúde*, v.1, p. 53-60, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/saude/article/view/171> Acesso em: 15 dez. 2020.

GIMENEZ, R; ONHA, A. M. Educação física inclusiva: impactos da tutoria no desempenho de jovens com deficiência intelectual nu jogo pré-desportivo. *Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional*, Curitiba, v. 11, n. 28, p.169-188 maio /ago. 2016. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa. Acesso em: 16 jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Características das populações e domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JOAQUIM, E. R; DANTAS, L. E. P.B. T. O ensino do futsal para pessoas com deficiência intelectual. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 1, p. 93-110, Jan.-Mar., 2016. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/DDqhR3tHjQpWgWGcssBLXTc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jun. 2020.

LOPES, A. L. M; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 771-778, dez. 2008.

LOPES, K. F. *et al.* A dança e a expressão corporal como mediadoras no processo de ensino aprendizagem de crianças com deficiência intelectual e transtornos de aprendizagem. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 22, 2019. DOI: 10.5216/rpp.v22.49194. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/pef/article/view/49194>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LOREMAN, T.; SHARMA, U.; FORLIN, C. Do pre-service teachers feel ready to teach in inclusive classrooms? A four country study of teaching self-efficacy. *Australian Journal of Teacher Education*. v. 38, n 1, 26-44, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.14221/ajte.2013v38n1.10>

MANTOAN, M.T.É. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
- MAUERBERG-DECASTRO, E. *et al.* Attitudes about inclusion by educators and physical educators: Effects of participation in an inclusive adapted physical education program. *Motriz-Revista de Educação Física*, v. 19, n. 3, 649-661, 2013.
- MUNSTER, M. A. V. *et al.* Plano de Ensino Individualizado aplicado à Educação Física: validação de inventário na versão português. *Revista da Sobama*, v. 15, n. 1, 43-54, 2014.
- OLIVEIRA, I.B.de. *Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R.C.G. Educação física adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M.G; COSTA, R.F. *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. 2005.
- PROVIN, P. *O imperativo da inclusão nas universidades gaúchas: produzindo atitudes de inclusão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.
- RIBEIRO, M. F. *A acessibilidade como ferramenta para inclusão escolar e social de pessoas com surdocegueira*. 2013. 54p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- RODRIGUES, I. E. *A inclusão de pessoas com necessidades especiais no processo educativo escolar: uma experiência inversa*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013.
- TSCHANNEN-MORAN, M.; WOOLFOLK HOY, A. Teacher efficacy: capturing an elusive construct. *Teaching and Teacher Education*. v. 17, 783-805, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0742-051X\(01\)00036-1](https://doi.org/10.1016/S0742-051X(01)00036-1).
- VILLELA, T. *et al.* *Os desafios da inclusão escolar no século XXI*. 2013. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Sobre os autores

Andrey Almeida Portilho

Graduado no Curso de Educação Física /Universidade do Estado do Pará- UEPA/Campus XIII/Tucuruí. andrey.almeida010@gmail.com

Orcid: 000-0001-8315-4723

Luís Gomes de Oliveira Neto

Graduado no Curso de Educação Física /Universidade do Estado do Pará- UEPA/Campus XIII/Tucuruí. l20gdeoliveira@gmail.com

Orcid: 0000-0003-4252-3662

Maria Goretti Sousa Lameira

Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura

Docente do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará (UEPA/Campus XIII/Tucuruí).

mariagoretti.lameira@uepa.br

Orcid: 0000-0002-0304-9403

Recebido em: 10/07/2022

Reformulado em: 19/08/2022

Aceito em: 19/08/2022